

4CEDFEPLIC08

POLITICA EDUCACIONAL, TRABALHO E FORMAÇÃO DOCENTE NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Rosa Maria de Jesus Brito⁽¹⁾, Maria do Socorro Xavier Batista⁽²⁾
Centro de Educação/Departamento de Fundamentação da Educação /Prolicen

RESUMO

O presente artigo, fruto do Projeto *Política Educacional e Educação Popular do Campo nas Áreas de Reforma Agrária: trabalho e formação docente* apresenta os resultados de um estudo/ensaio feito acerca dos movimentos sociais do campo e de suas ações por uma educação popular direcionada para o campo, na qual se inclui a necessidade da formação específica do profissional da educação, assegurando a valorização da sua carreira e do seu papel na sociedade. Além disso, trata-se de uma análise da atual realidade vivenciada pelos educadores das escolas do campo, destacando os principais problemas que afligem a ação pedagógica destes, embasando-se, principalmente, na vivência das escolas dos assentamentos da reforma agrária, mais especialmente da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Zumbi dos Palmares, no assentamento de mesmo nome, situado no município de Mari-Pb.

Palavras-chaves: Movimentos sociais, educação do campo, formação docente.

1-INTRODUÇÃO

Este artigo tem como finalidade apresentar os resultados das atividades desenvolvidas no Projeto intitulado *Política Educacional e Educação Popular do Campo nas Áreas de Reforma Agrária: trabalho e formação docente*, orientado pela coordenadora professora Dra. Maria do Socorro Xavier Batista do Departamento de Fundamentação da Educação do Centro de Educação, com a participação da professora Eliane Menezes Maciel e a aluna-bolsista do Curso de Pedagogia Rosa Maria de Jesus Brito, autora deste artigo. Esse projeto se integrou aos demais projetos coordenados pela professora, quais sejam: projeto vinculado ao PIBIC (Programa Institucional de Iniciação Científica), denominado Movimentos sociais e Educação Popular: por uma política de Educação do Campo e o projeto de Monitoria intitulado Fundamentos sociológicos da educação do campo e a formação de educadores. Teve o apoio da Pró-Reitoria de Graduação, através do Programa de Apoio às Licenciaturas – PROLICEN, e se desenvolveu nos períodos letivos de 2006.2 e 2007.1 (compreendendo as datas entre 1º de Setembro de 2006 e 30 de Maio de 2007).

O Projeto buscou refletir sobre os problemas e desafios da educação do campo e da formação de professores incorporada às idéias do movimento “Por uma Educação do campo” e do Parecer CNE/CEB 36/2001 e da Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002 que instituem as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo, a partir do

⁽¹⁾ Bolsista, ⁽²⁾ Voluntário/colaborador, ⁽³⁾ Orientador/Coordenador ⁽⁴⁾ Prof. colaborador, ⁽⁵⁾ Técnico colaborador.

desenvolvimento de estudos, pesquisa e atividades de extensão. Com o intuito de responder aos questionamentos postos sobre essa problemática instigada no objeto de estudo desse projeto foram definidos os seguintes objetivos: 1) Explicitar e discutir a relação entre educação popular, movimentos sociais e educação do campo; 2) Problematizar o conceito de educação do campo, segundo a concepção dos movimentos sociais do campo; 3) Identificar os desafios para a formação de professores para a educação do campo; 4) Identificar alguns problemas vivenciados pelas escolas de assentamentos da reforma agrária; 5) Desenvolver ações que contribuam para a melhoria da educação em uma escola de assentamento.

2-DESCRIÇÃO

Na perspectiva de se aproximar e conhecer os temas envolvidos foram analisadas as temáticas: Movimentos Sociais, Movimentos Sociais do Campo, Estrutura Fundiária, Questão Agrária e Educação Popular do Campo buscando uma relação das políticas de formação com as políticas para a Educação Básica do Campo além da análise de documentos, o que permitiu abranger o conhecimento a cerca desses temas. Foram estudadas e discutidas obras dos seguintes autores e autoras: Fernandes & Molina (2004), Paludo & Doll (2005), Stédile (2005), Moreira & Targino (1997), Oliveira (2001), Calazans (1993), Caldart (2004), Molina (2002), Jesus (2004) entre outros.

Para possibilitar o desenvolvimento do projeto foram realizadas reuniões semanais entre as professoras e as alunas-bolsistas envolvidas, nas quais eram discutidos e fichados textos, analisados documentos dos movimentos sociais e governamentais e definida a programação das atividades que deveriam ser desenvolvidas durante toda semana. Foram realizados levantamento de dados bibliográficos e documentais e a ação da pesquisa propriamente dita era feita mensalmente através de visitas de observação e de intervenção no Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares e na escola, onde se desenvolveram oficinas pedagógicas com os professores e alunos.

O primeiro tópico a ser destacado no estudo das temáticas que embasaram a produção teórica se tratou de um breve histórico acerca dos Movimentos Sociais do Campo e da questão Agrária no Brasil, o qual mostrou que apesar dos estudos, debates e produções acadêmicas e científicas sobre a questão agrária brasileira datarem do início da década de 1960, estudiosos e pesquisadores revelam que essa questão não é recente. O problema fundiário do Brasil chegou junto com os portugueses que invadiram o nosso território no início do século XVI financiado pelo capitalismo comercial europeu. Para resolver esse problema, a Coroa portuguesa teve o cuidado de registrar as terras no que tange limitar as áreas das sesmarias¹ que conforme Souza (2003) se deu devido ao avanço da apropriação de terras principalmente nos séculos XVI, XVII e XVIII o que, provocou conflitos sangrentos com os silvícolas. Só a partir do século XIX, mais precisamente em 1850 com a crise do trabalho escravo que já se ampliava, a Coroa promulga a primeira lei de terras (Lei nº 601) que se caracterizava pela

¹ Concessão de terras explorada em nome da Coroa de superfície variada.

implantação da propriedade privada de terras no Brasil. Segundo Stedile (2005) foi ela que regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil.

Num segundo momento as questões estudadas permearam a luta dos Movimentos Sociais do Campo e a afirmação do direito à educação. Na história do Brasil, a educação sempre esteve sob o poder de um pequeno grupo de poderosos que sucessivamente tomou a direção dos negócios públicos: a classe dos dominantes. Mais do que qualquer outra classe, ela sabe da importância que o processo educativo tem na apropriação dos conhecimentos acumulados ao longo da história e na construção de novos saberes para manter-se no poder. Por isso, a educação foi sempre tratada como um instrumento de dominação por parte das elites. Esta dominação abrangeu tanto a cidade quanto a zona rural, espaço no qual houve um predomínio ainda mais aparente.

Nesse ponto se faz reflexões sobre o direito à educação face à complexidade que envolve essa temática em nossos dias, especialmente quando evidenciamos sua relação com o meio rural em nosso país. De um lado, é reconhecível como a importância que a educação assume no apoio à formação e qualificação dos sujeitos individuais e coletivos tem contribuído para a transformação das relações sociais, quando esta pode oportunizar melhores condições de participação, de produção e de intervenção nos processos de desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, no que se refere à dinâmica histórica da evolução do sistema de ensino brasileiro, se observa as marcas profundas que são impressas por numa sociedade desigual apresentando as vantagens que as populações urbanas assumem frente às populações do meio rural.

Mediante esta questão é que fatos importantes no campo da cultura, da política e da educação popular ocorreram, trazendo um novo significado para a educação do campo e popular: os movimentos político-culturais no início dos anos 60, com destaque para os Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE); o Movimento de Cultura Popular (MCP), em Pernambuco e o Movimento de Educação de Base (MEB), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No contexto dos conflitos e da luta pela busca de uma educação de qualidade é que os movimentos sociais do campo, em especial, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), lideram um movimento nacional de luta *Por uma Educação do Campo*, cujo marco principal foi o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), realizado em 1997, na Universidade de Brasília (UnB) e as 1ª e 2ª Conferências Por uma Educação Básica do Campo (1998 e 2004).

Por força dessa luta é que ocorreram conquistas como a criação em 2004 da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, aprovação das “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, Saberes da Terra.

No último ponto culminamos nossa fundamentação com a questão da formação de educadores nos movimentos sociais do campo. A concepção de Educação do Campo almejada

pelos movimentos sociais e outros setores interessados na mudança social e no respeito ao espaço rural, entende ser fundamental o papel do professor na implementação desse projeto de educação, por isso, na II Conferência Nacional por uma Educação do Campo os movimentos definiram propostas direcionadas ao papel desempenhado pelos educadores na concretização desta pretendida educação.

De acordo com Molina (2002), tais propostas enumeram-se também como verdadeiros desafios a serem vivenciados pelos educadores do campo a partir da configuração da formação específica a estes profissionais necessariamente disponibilizada.

O estudo permanente de documentos, leis, materiais voltados para a discussão da temática da Educação do Campo e da atividade docente implica numa necessidade exposta pelos sujeitos do campo de manter e disseminar as atualidades e as propostas efetuadas pelos movimentos buscando fazer com que o poder público se comprometa com a elaboração e a efetivação de políticas educacionais voltadas para a realidade do campo.

O compromisso do poder público na oferta de políticas é necessário uma vez que simboliza a execução formal das políticas educacionais e a principal forma de garantir e manter o desenvolvimento destas proposições. Cabe aos movimentos sociais a elaboração de propostas e a organização dos sujeitos para lutar pela promoção de políticas voltadas para seus interesses, na perspectiva de promover uma vida digna, o que vem sendo efetivado através da realização de encontros, conferências, debates coletivos locais e/ou regionais envolvendo movimentos, gestores, ONGs e instituições privadas engajadas na discussão de valorização do campo no embate entre rural e urbano.

3-METODOLOGIA

O projeto envolveu um trabalho de pesquisa e extensão, fundamentado numa perspectiva qualitativa de pesquisa-ação² com o intuito de conhecer, analisar e intervir na realidade da escola e da educação na área do assentamento Zumbi dos Palmares ao explorar o espaço físico, social, cultural e político dos sujeitos envolvidos, além de desenvolver atividades de formação continuada com professores.

Para alcançar os objetivos propostos foi feito um levantamento bibliográfico e de dados e documentais durante toda fase da coleta de dados a partir de observação, estudo e fichamento de textos, artigos disponíveis na Internet, incluindo também TCC's, dissertações, teses, monografias, livros e periódicos, análise de documentos e uma intervenção qualificada como Oficina Pedagógica com os professores e cirandas infantis com os alunos da escola, com

² O processo metodológico de pesquisa-ação requer uma postura epistemológica que compreende que o sujeito epistêmico é interativo, singular e é constituído nas relações culturais, dialógicas, históricas e sociais. Essa metodologia de pesquisa-ação busca superar a dicotomia teoria/prática, sujeito/objeto. Ela possibilita que os sujeitos envolvidos na pesquisa, o pesquisador e os sujeitos da comunidade, sejam ativos e interativos, e evidenciem seus conhecimentos, saberes e interpretações da realidade que vivenciam, do ambiente social, cultural, político dos sujeitos envolvidos (THIOLLENT, 2003).

a intenção de desenvolver atividades de formação continuada e atividades educativas na perspectiva da educação do campo defendida pelos movimentos sociais e proclamada na Resolução CNE/CEB nº1/2002.

A Pesquisa-ação realizada na Escola Zumbi dos Palmares se efetivou através de visitas mensais com o intuito de observar as condições pedagógicas e de infra-estrutura de funcionamento da escola, as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos como sujeitos que dela participam e de realizar atividades denominadas de oficinas pedagógicas com os professores, e, em paralelo foram realizadas atividades de recreação, de jogos educativos com as crianças, tendo como base as Cirandas do MST.

4-RESULTADOS

A pesquisa-ação desenvolvida se efetivou através de oficinas pedagógicas, atividade entendida como prática educativa que promove uma integração entre teoria e prática, proporciona a troca entre os saberes populares e o conhecimento científico, através da participação ativa e dialógica dos sujeitos envolvidos no processo.

As várias visitas que se deram no Assentamento e à Escola Zumbi dos Palmares foram de bastante importância, ao atender as expectativas dos objetivos da visita e suscitar uma maior inquietação de termos maiores contatos com a realidade, conhecendo melhor o espaço e possibilitando assim a realização satisfatória de nossas atividades com a formação continuada dos professores que atuam na escola localizada neste assentamento.

O trabalho desenvolvido com os professores e alunos da escola do assentamento se deram em torno de uma proposta de cunho político e pedagógico com o objetivo de contribuir com a construção de uma política educacional para o campo, ajudando a construir uma proposta de educação dialógica e problematizadora para primeiras séries do ensino fundamental e para a formação de educadores, ao mesmo tempo, ajudar a tornar a escola mais prazerosa e resgatar seu papel sócio-cultural.

Nas reuniões com professores e gestores as atividades tiveram a finalidade de discutir a educação do campo, as concepções, objetivos e construção do projeto político-pedagógico da escola fundamentado na Resolução nº1/2002, que define as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, a qual determina como deve ser elaborado o Projeto Político Pedagógico das escolas de Educação Básica do campo e os princípios que orientam o funcionamento e a estrutura curricular.

Paralelamente ocorriam atividades de recreação e jogos educativos com os alunos das séries iniciais da Educação Básica como é o caso de atividades com as crianças menores que tiveram como base as Cirandas³ do MST. Essas músicas foram selecionadas tendo em vista o

³ Nas experiências do MST há dois tipos de Cirandas Infantis: as Itinerantes e as Permanentes: As Cirandas infantis Itinerantes acontecem nos eventos e ações do MST e estão preparadas e organizadas para a locomoção com educadoras e educadores organizados e dispostos a irem onde for necessário. As Permanentes são espaços educativos organizados nos assentamentos, acampamentos, centros de formação e escolas do Movimento Sem Terra. (Cf. MST, 2004 - Cadernos de Educação nº 12).

conteúdo das letras e as possibilidades de desencadear jogos e brincadeiras. As músicas eram tocadas e as letras eram acompanhadas e cantadas e em seguida, desenvolvidas diversas atividades relacionadas com o conteúdo de cada música. Outras dinâmicas tiveram o objetivo da socialização e interação entre o grupo, obtendo resultados bastante positivos na sua realização, pois as crianças tímidas participaram se integrando ao grupo.

Com as crianças maiores as atividades se deram numa outra proporção. As dinâmicas de grupo se sucediam através de discussões e questionamentos nos quais as crianças em seus relatos enfatizavam um pouco de sua vivência no assentamento comentando a quantidade de tempo que moravam no local e onde os pais trabalhavam, sendo instigado pelas educadoras. E outro encaminhamento diferenciado foi quanto à realização das atividades de linguagem, sendo desenvolvida uma leitura compartilhada sobre o hino do MST com o objetivo de incentivar as crianças a uma leitura da realidade de seu cotidiano. Após uma divisão da turma em grupos leram novamente o texto para elencar as frases que melhor expressasse os interesses de luta do seu povo. Os alunos em sua participação caracterizaram frases fortes de lutas que demonstram a resistência dos ideais do movimento. Trabalhos com o incentivo de produção textual também foram produzidos com a intencionalidade de realizar uma leitura crítica do universo que os alunos estão inseridos.

Os jogos tinham como objetivo trabalhar a questão da coletividade que está na raiz da pedagogia do Movimento Sem Terra, uma vez que esta é discutida e produzida coletivamente, mantendo uma estreita relação com outras lutas, como a luta pela terra, que compreende a luta pelo direito ao trabalho, à alimentação, ao bem-estar social, à justiça social, à igualdade de direitos entre outras questões. Da mesma maneira, as brincadeiras e dinâmicas desenvolveram atividades lúdicas buscando despertar o senso político, crítico e instigador, buscando provocar uma reflexão com os alunos quanto à realidade vivenciada no campo e estimular o questionamento e o inconformismo.

Os resultados foram satisfatórios mediante a investigação e ação na Escola Zumbi e em termos de produção científica, uma vez que as reflexões resultantes dos estudos e debates em parceria com o projeto de Monitoria e o do PROLICEN, acerca dos temas tratados nos textos estudados e nos documentos analisados serviram de base para a construção dos textos *Educação Popular do Campo e Formação Docente: desafios e perspectivas* e *A educação do campo e Educação de Jovens e Adultos no MST*, os quais foram apresentados e publicados nos anais e no CD-ROM do *IV Seminário de Educação e Movimentos Sociais: democracia no Brasil, desafios e perspectivas*. Este evento acadêmico ocorreu durante o período de 08 a 10 de novembro de 2006, no Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, Campus I, em João Pessoa/PB por iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Educação desta Universidade.

5-CONCLUSÃO

A situação de precariedade de recursos, de materiais didático-pedagógicos, de infraestrutura, de formação docente que se apresenta na maioria das escolas do campo, a da Escola do Assentamento Zumbi dos Palmares no município de Mari-PB não é diferente. Contudo, a direção e a equipe pedagógica procuram trabalhar os princípios filosóficos e pedagógicos do MST e a Educação do Campo, este considerado um novo paradigma de educação que busca desenvolver uma educação para o desenvolvimento sustentável do campo.

Evidentemente não tem sido fácil diante dessa situação, constituindo nos desafio dos professores, da escola e da comunidade para a construção de uma educação do campo que realmente considere as especificidades dos sujeitos. Nesse sentido, esse projeto procura não só obter dados para a construção da pesquisa proposta, mas discutir e propor ações que contribuam para a melhoria da educação nas escolas de assentamento, sobretudo, na escola Zumbi dos Palmares, num processo de interação entre os pesquisadores e a equipe da escola, sendo isso um dos objetivos alcançados através do desenvolvimento oficinas pedagógicas com os professores e os alunos. Mas para desenvolver essas ações foi necessário explicitar e discutir a relação entre educação popular, movimentos sociais e educação do campo, o qual está presente neste relatório como fundamentação teórica, além da problematização do conceito de educação do campo.

Vale destacar que as várias atividades desenvolvidas contribuíram expressivamente tanto para o desenvolvimento das atividades na graduação, no curso de pedagogia, proporcionando um enriquecimento pessoal já que oportuniza conhecer, analisar, investigar, discutir algumas temáticas que permeiam o fenômeno educativo. Tem contribuído para o conhecimento e aprimoramento das técnicas de pesquisa e na produção de textos científicos, oportunizando à aluna-bolsista deste trabalho a iniciação científica. Além disso, viabilizou a apresentação de trabalhos em eventos científicos contribuindo para uma formação mais ampla, principalmente no que concerne à pesquisa e à produção de textos próprios, possibilitando a exposição de idéias, reflexões teóricas e de experiências vivenciadas no projeto.

6-REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação; Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001, aprovado em 04 de dezembro de 2001, institui as **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**.

CALAZANS, M.J.C. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: TERRIEN, J. DAMASCENO, M.N. **Educação e Escola no Campo**. Campinas: Papirus, 1993.

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. Petrópolis: Vozes, 2000.

DECLARAÇÃO FINAL e TEXTO BASE. **II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo**. Luziânia-Go, 02 a 06 de agosto de 2004. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/documento_geral

FERNANDES, Bernardo Mançano; MOLINA, Mônica Castagna. O campo da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo. (Orgs.) **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", 2004. Coleção Por uma Educação do Campo, caderno nº5.

MOLINA, Mônica Castagna. **13 Desafios para os Educadores e as Educadoras do Campo**. IN: KOLLING, Edgard Jorge (et al) orgs. Educação do Campo: Identidade e políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº. 04.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Caderno de Educação nº 12**: educação infantil, movimento da vida, dança do aprender. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo.U. **A longa marcha do campesinato brasileiro**: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. São Paulo, 2001.

PALUDO, C & DOLL, J. Pesquisa e Formação de Educadores do Campo nos Movimentos Sociais. In: **Como se formam os sujeitos do Campo?** Idosos, adultos, jovens, crianças e educadores. Brasília: PRONERA; NEAD, 2006.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular**: da intenção ao gesto. Porto Alegre: Ísis; Diálogo-Pesquisa e Assessoria em Educação Popular; IPPOA - Instituto Popular Porto Alegre, 2005.

SOUZA, Francisco de Assis Varela. **A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba**. – João Pessoa: Idéia, 2003.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil II: O debate na esquerda 1960-1980**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. **A questão agrária no Brasil IV: História e natureza das Ligas Camponesas 1954-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 2003.